

# Michel Cahen, Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado

ANGELA LAZAGNA\*\*

Os principais temas de pesquisa de Michel Cahen, especialista na evolução política da África lusófona contemporânea, concernem à administração portuguesa em Moçambique (aparelho de Estado, corporativismo colonial, política religiosa, trabalho forçado) e aos mitos e ideologias das guerras de libertação. Interessa-se, igualmente, por experiências dos novos Estados resultantes da descolonização e, em particular, pelos sistemas monopartidários dos cinco PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), pelas tensões étnicas e pela relação entre nacionalismo e marxismo. Atualmente, é presidente da Associação de Pesquisadores da Revista *Lusotopie*.

Em 1987, publicou o livro: *Mozambique: La Révolution implosée. Études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*, no qual analisa, dentre outras questões, a relação entre o "marxismo-leninismo" da FRELIMO e a natureza da sociedade moçambicana pós-independência. Nesta obra, o autor, através de uma leitura crítica e marxista dos fatos, desmistifica a idéia de que o processo de independência em Moçambique, somado à atuação de um partido único que se autodenominava "marxista leninista" tivesse instaurado o socialismo em tal formação social<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Entrevista com o historiador Michel Cahen, pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e diretor-adjunto do *Centre d'étude d'Afrique noire* (CEAN), em Bordeaux. (Bordeaux, 23 de fevereiro de 2006).

\*\* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradeço a Armando Boito Jr., João Quartim de Moraes, Lorenzo Macagno e Michel Cahen pelas importantes observações para a edição desta entrevista.

<sup>1</sup> *Maîtrise d'enseignement d'histoire* (Paris I). Orientação: Pierre Vilar. Título obtido em 1975, sobre o tema: *L'idéologie coloniale en France après la Première Guerre Mondiale. Etude*

*Lazagna: Em 1975, você viajou para Moçambique pela primeira vez. Qual o motivo dessa viagem?*

**Cahen:** Como muitos jovens da minha geração, eu viajava de boléia para os mais diversos lugares. Tinha um amigo português na Sorbonne que conhecia moçambicanos que voltavam de Portugal para Moçambique (em 1974, houve a Revolução dos Cravos e, em 1975, a independência de Moçambique). Decidimos entre amigos viajar para Moçambique. Meus amigos foram para Dar es Salaam pedir o visto que nunca obtiveram. Parti um pouco mais tarde, em julho de 1975, pois acabara de ser aprovado num concurso para professor secundário e segui para a zona das três fronteiras, entre Malauí, Zâmbia e Moçambique. Como viajava de carona, tive que esperar para encontrar um caminhão. Consegui encontrar um, cujo motorista era português. Entrei no país sem passaporte, pois com aquela desordem, isso foi possível. E foi logo interessante. Eu não sabia nada de Moçambique. Aquele motorista, como também muitos pequenos colonos portugueses, ainda não havia partido. Ele era um militar que havia ficado e foi extremamente simpático comigo. Esperamos três dias para irmos da fronteira do Malauí à cidade da Beira, no centro do país. O caminhoneiro tinha um *boy* (criado em Moçambique), o Pedro, que preparava as refeições. Pedro comia separadamente e não comia nem o café da manhã, nem o almoço. Após dois dias, misturando algumas palavras de francês e de português, perguntei: “E o Pedro? Não come?”. Lembro-me do olhar espantado daquele português que disse: “Mas Pedro só come à noite!”. Porque era negro. Sendo assim, pensei: “Já tenho um exemplo de um outro tipo de colonialismo de pequeno branco”. Logo, relacionei esse episódio a minha monografia de licenciatura em História<sup>1</sup>, na qual estudei a ideologia colonial francesa no pós-primeira guerra. Neste tipo de colonização, o seu maior agente, a administração, isto é, o setor burocrático, sobressai ao lugar ocupado pelo capitalismo. Decidi, naquele momento, fazer meu mestrado<sup>2</sup> sobre Moçambique.

Mas outras razões contribuíram para que esta escolha fosse interessante: Moçambique estava numa situação de ebulição política, pois a FRELIMO<sup>3</sup> acaba-

---

*fondé sur le Plan de mise en valeur de colonies françaises d'Albert Sarraut.* No Brasil, o título equivalente à *Maîtrise* seria a Monografia de graduação.

<sup>2</sup> *D.E.A. (diplôme d'études approfondies) d'Histoire des sociétés de l'Afrique noire* (Paris I). Orientação: Yves Person. Título obtido em 1978. No Brasil, o título equivalente ao *D.E.A.* seria o de Mestrado *strictu sensu*.

<sup>3</sup> Frente de Libertação de Moçambique. A FRELIMO foi criada em 1962, em Dar-es-Salam, sob forte pressão da Tanzânia e apoio americano, por emigrados urbanos do Sul de Moçambique e camponeses do extremo norte. Só aos poucos radicalizou o discurso, até reivindicar-se mais e mais do marxismo-leninismo, e oficialmente em 1977.

va de tomar o poder e o “marxismo-leninismo” era a sua ideologia quase oficial. Encontrei-me, pois, numa situação com a qual podia simpatizar: o fim de uma luta anti-colonial e um partido marxizante. Porém, logo descobri que se tratava de um partido único.

*Lazagna: E quando você retornou a Moçambique?*

**Cahen:** Retornei a Moçambique somente em 1981. E durante este período, muitos dos meus companheiros intelectuais de esquerda que haviam acompanhado a luta anti-colonial e a apoiavam incondicionalmente, assim como eu, agora eles também apoiavam incondicionalmente os partidos únicos, alegando serem o poder do povo. Não questionavam, pois, a estrutura do partido único, a fusão entre Partido e Estado, o que impossibilita que a população corrija quaisquer erros do partido, pois não há lugar político para isso; não questionavam a demonização de qualquer pessoa que não concorde com as decisões do partido e a sua conversão em “pró-colonial”, “pró-feudal”. Mais tarde, fiz outras críticas, mas, na altura, critiquei particularmente a ausência de democracia.

Mas muitos desses intelectuais de esquerda criticavam essa situação em alguns aspectos, exceto a esquerda portuguesa que quase nada disse. Talvez por serem os antigos colonizadores, não se auto-atribuíam o direito de criticar; ou por terem acabado de sair do fascismo, de modo a estarem ainda educados a não fazer política. Parece estranho dizer que isto se passou no contexto da revolução portuguesa, mas não houve, naquela altura, nenhum estudo político sério produzido por um português sobre Moçambique, Angola; houve somente textinhos de militância pró. E foi o simples fato de me colocar de fora que me permitiu ver coisas que os outros, sinceramente, não enxergavam. Os outros viam os erros, mas os justificavam alegando que o Estado não conseguia aplicar a linha justa do partido. Mas, para mim não eram erros. Era uma política assumida.

Nesse aspecto, criticava os cooperantes daquele tempo, pois eles não ajudaram Moçambique na correção desses “erros” sendo, muitas vezes, mais ferozes que o partido no uso da fraseologia oficial. A famosa experiência das *aldeias comunais* em 1977 e 1978<sup>4</sup> pode exemplificar esse comportamento. Vendo que elas não funcionavam, os cooperantes criticavam o Estado por não apoiá-las suficientemente. Mas não se perguntavam por que o Estado não as apoiava, interpretando que essa ausência de apoio se devia a uma luta, no interior do partido, entre a ala pró-soviética e a pró-chinesa, pois, de fato, o discurso da FRELIMO e, propriamente de Samora Machel, era muito favorável às *aldeias comunais*. Entretanto, o

<sup>4</sup> Sobre essa questão, ver, Cahen, *Mozambique: La Révolution implosée. Études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1987, especialmente, pp. 49-60.

Ministério da Agricultura destinava 98% do orçamento às machambas<sup>5</sup> estatais e às empresas públicas e quase nada para as *aldeias comunais*. A agricultura familiar foi abandonada pela FRELIMO. Mas o principal problema não foi este. Devemos, pois, nos perguntar sobre o motivo da existência das *aldeias comunais*. Ao contrário do que se escuta muitas vezes, não se fez, através das *aldeias comunais*, nem a coletivização, nem a cooperativização do campo. Segundo a ideologia modernizadora do paternalismo autoritário da FRELIMO, era impossível deixar o campesinato viver nos moldes tradicionais, pois com esse modelo de modernização, a pequena elite burocrática e urbana da FRELIMO e do sul de Moçambique não podia aceitar um campesinato espalhado que vivia de uma agricultura semi-itinerante, isto é um meio social que era difícil de controlar.

Essa foi, portanto, uma política contra o campesinato que foi identificado ao feudalismo, o que é completamente errado, pois não houve feudalismo em Moçambique. Havia sim o que Claude Meillassoux denominou modo de produção doméstico<sup>6</sup>. Porém, para a FRELIMO, isto era feudalismo. Daí seus *slogans*: “abaixo o feudalismo”, “abaixo o obscurantismo”, isto é, abaixo as condições tradicionais de vida, abaixo as pessoas!

*Lazagna: A imposição da FRELIMO das aldeias comunais está relacionada ao seu conceito de nação?*

**Cahen:** Obviamente. Se houve uma linha de continuidade entre FRELIMO nacionalista de 1962, a FRELIMO nacionalista revolucionária de 1968-69, a FRELIMO “marxista-leninista” de 1975-77 e a FRELIMO nacional-liberal pós-1989, ela está relacionada à idéia da necessidade de produção da nação, o que chamo de *nacionismo*, ao invés de nacionalismo, ou seja, tal projeto não é expressão de uma nação; é um projeto político, elitista de imposição de uma nação. A nação é concebida como um paradigma de modernização, pois o objetivo político é produzir uma nação unificada, homogênea, de tipo europeu-jacobino, português até, na qual as etnicidades devem desaparecer. É como dizer: a FRELIMO é o povo, o povo é a nação, a FRELIMO é a nação. E para que as etnicidades desapareçam há, somente, duas possibilidades: uma forte repressão, como a que ocorreu na primeira fase do governo da FRELIMO ou aguardar que elas se tornem realidades residuais, o que a FRELIMO defende atualmente, de modo que a orientação anti-étnica se exprime hoje de uma maneira mais branda em virtude do neoliberalismo. Logo, a finalidade não é criar devagar uma nação de nações, uma nação de etnicidades para produzir uma nova pan-identidade a partir das antigas,

<sup>5</sup> Em Moçambique, machamba é sinônimo de pequena ou grande propriedade agrícola.

<sup>6</sup> Sobre o modo de produção doméstico, ver Claude Meillassoux, *Femmes, greniers, capitaux*. Paris: François Maspero, 1975 (trad. port. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977).

é sim apagá-las, pautando-se num paradigma de modernização autoritária. Logo, as *aldeias comunais* não vieram para cooperativizar o campo (as cooperativas não ultrapassavam 1% da produção). Vieram, na verdade, para introduzir o aparelho de Estado no campo, para controlar, modernizar os camponeses, para “nacionalizá-los”. Samora Machel uma vez disse que isto deveria produzir *idades rurais*. *Cidades rurais!* Uma expressão ideologicamente muito interessante, pois a cidade é concebida como o protótipo da nação, a cidade é a própria modernização. Portanto, devem ser produzidas *idades rurais*, os camponeses devem ser reagrupados em aldeias bem quadradinhas, com ruazinhas bem direitinhas e a sede do Partido no centro. E quem não aderir à cooperativa de produção não pode ser membro da cooperativa de consumo. No entanto, numa situação de grande carência, é muito importante ter acesso à cooperativa de consumo e isto também criou problemas de duas ordens: agronômicos e cultural-religiosos.

Em primeiro lugar, o problema agronômico: a FRELIMO concentrou os produtores, mas não possuía os meios para concentrar os meios de produção. Muitos camponeses que viviam num raio de trinta quilômetros foram concentrados num mesmo lugar. Com isto, as mesmas terras foram sobre-utilizadas muitas vezes, não havia adubos, pesticidas, irrigação, o que provocou o esgotamento do solo, de modo que foi necessário voltar, às escondidas, às antigas machambas, indo a pé muito longe, exaustivamente. Com a baixa da produção, as pessoas passaram a viver pior nas *aldeias comunais* “modernas” do que quando produziam no modo de produção tradicional.

Em segundo lugar, o problema cultural: quando foi decidida a implantação da *aldeia comunal* num determinado lugar, a linhagem daquele lugar foi favorecida e quem não pertencia a essa linhagem tinha que pedir a terra emprestada para trabalhar. E antes da sua implantação, já havia sido uma batalha entre linhagens dominantes e linhagens secundárias para saber onde ela seria estabelecida. Mas o modernizador de Maputo não enxergava isto. E há outro problema: todos sabem que a religião tradicional é a religião do culto dos espíritos dos antepassados e estes não migraram para a *aldeia comunal*, permanecendo nas terras onde sempre estiveram. Portanto, essa experiência foi, segundo Christian Geffray<sup>7</sup>, uma negação das relações sociais originais no seio do campesinato. E a vontade de aplicação desta política foi muito forte, apesar da enorme dificuldade para implantação das *aldeias comunais*, já que a FRELIMO, quando tomou o poder, contava com quinze mil guerrilheiros e algumas poucas centenas de quadros de nível superior. Mas o obje-

---

<sup>7</sup> Ver, sobre esse assunto, Christian Geffray, *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Khartala; Nairobi: Credu, 1990 (trad. port. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1991).

tivo era o de produzir o Estado, produzir a nação, mas através de uma completa confusão entre o que é a nação e o que é o Estado.

*Lazagna: Qual o lugar ocupado pelo "marxismo-leninismo" na ideologia da FRELIMO?*

**Cahen:** Não entrarei numa discussão para saber se a FRELIMO foi adepta ou não de um verdadeiro marxismo, discussão, aliás, que pode ser interessante, mas que é muito mais complicada. A pergunta que, no momento, nos cabe é por que uma pequena elite africana de Moçambique foi atraída por aquele tipo de marxismo?

A pequena elite africana que toma o poder no interior da FRELIMO, nomeadamente depois da morte de Mondlane<sup>8</sup>, foi produzida internamente em Lourenço Marques (atual Maputo). A antiga capital histórica do país, a Ilha de Moçambique, possuía uma antiga elite colonial tradicional: comerciantes árabes, mestiços portugueses ou mesmo escravistas negros que a priorizavam. No entanto, o Banco de Portugal optou, estrategicamente, pela transferência da capital para o extremo sul do país, visando tirar proveito do porto de *Delagoa Bay*, fronteira com África do Sul. Logo, aquela elite tradicional foi completamente marginalizada. Lourenço Marques não era uma cidade africana antiga, na qual os antigos núcleos das elites tradicionais poderiam se transformar em elites modernas com raízes antigas. Foi uma criação *ex nihilo* do capitalismo colonial português moderno, na qual a micro-elite africana que porventura aparecesse seria muito fraca, pois o colonato era extenso e ocupava todas as esferas de produção da riqueza, até mesmo o lugar do vendedor de jornal na rua. Sendo assim, o lugar social para o aparecimento de uma elite africana era restrito e surge aos poucos, mas nos moldes do capitalismo português contemporâneo. Esses espaços são absolutamente burocráticos no seu sentido social. Não há operários, não há burgueses no sentido de agricultores, grandes comerciantes; são escrivães, empregados do comércio, enfermeiros auxiliares, padres protestantes, isto é, funcionários burocráticos. Logo, o *habitus* desses funcionários, para utilizar um conceito de Bourdieu, o seu ideal é a pequena cidade colonial do final dos anos 50 a qual, mesmo em crescimento, ainda é muito bem ordenada. Mais tarde, eles saem do país para começar a lutar. É o seu modelo de nação é o do inimigo; seu modelo é Portugal. Samora Machel retorna da luta armada em 1975 e faz um discurso anti-urbano, o que leva as pessoas a considerarem-no um "maoísta pró-camponês". Mas Machel estava aborrecido com o fato de Maputo ter sofrido uma mudança completa entre os anos

---

<sup>8</sup> Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo. Foi assassinado, em 1969, pela explosão de uma carta-bomba.

1960 e 1974, tornando-se uma grande cidade moderna da África austral. E ele tem medo disso! Neste sentido, faz um discurso favorável àquela velha cidade colonial dos anos 50. Mas, obviamente, ele não podia dizer isso e, talvez nem fosse consciente disso quando criticou a cidade moderna e elogiou um modelo puro e abstrato de camponês, um camponês que ele tentaria modernizar a força.

Qual o papel social daquele tipo de "marxismo"? Ele está na gênese do *nacionismo* ou anti-colonialismo moderno moçambicano. Aquela elite do sul é humilhada pelo colonialismo português, que não quer negociar a independência, que deseja ficar. O ideal dessa elite é produzir a nação e naquele contexto político-cultural era preciso fazer uma luta armada frente ao fascismo português, pois não há outros meios para conquistar a independência. Caracterizo esse "marxismo" como um desejo de ocidentalização subalterna. Mas o que ele traz? Ele traz a idéia do Estado como principal ator na economia e até proprietário dela (caminhos de ferro, portos, etc.); de uma nação homogênea que fala e é alfabetizada somente numa língua; de um partido único que funciona como Estado; dos sindicatos corporativos que organizam os trabalhadores, mas não para desenvolver suas reivindicações. Isto, politicamente, é muito diferente do salazarismo, mas, socialmente, é quase uma cópia. Não é um "marxismo identitário", é uma ferramenta. Sendo assim, qual o papel social e estrutural daquele "marxismo" para aquela elite que toma o poder na FRELIMO? Esse "marxismo" é a forma de nacion(al)ismo que eles encontraram num determinado contexto cultural e político.

*Lazagna: O que significou o recurso ao "Homem Novo" neste contexto?*

*Caheh:* O "Homem Novo" é um jargão de tipo maolsta, mas que, neste contexto, significou o desejo de pôr fim à diversidade sócio-cultural, em particular às etnicidades, a quem foi negada a existência como antigas nações africanas. Elas foram taxadas de obscurantistas, divisionistas, tribalistas. Defendeu-se, desta forma, o fim das religiões tradicionais e a modernização de tudo isso para a produção da nação, o que corresponde ao *habitus* dessa pequena elite burocrático-burguesa do sul do país que possui uma relação de exterioridade com o país real.

A experiência das *aldeias comunais* é somente um exemplo desta política de modernização autoritária. Neste sentido, o que quero explicitar é que existe um *habitus* de Estado muito mais alargado de negação das necessidades sociais da população. É o que se pode apreender do vocabulário político, naquela altura e ainda, às vezes, hoje, é que o povo não é a população. O *slogan* da FRELIMO: "É preciso organizar o povo" significa que o povo não está organizado. Mas será que o povo não tem mesmo uma organização? Não tem clãs, não tem linhagens, não tem etnicidades, não tem chefaturas? No dia 26 de junho de 1975, o dia seguinte à independência, a FRELIMO decidiu suprimir os régulos (chefaturas tradicio-

nais). O que isto significou? Isto não significou matá-los, mas fazer como se eles não mais existissem, isto é, negou-se a pertinência de toda uma estrutura, também através daquela falsa identificação entre chefatura tradicional e feudalismo. Mas devia-se organizar o povo, pois, na prática, o povo organizado, o povo político são os membros do Partido, os membros da administração. E quando possível, o Estado apoiará o povo, isto é, os membros do Estado/partido, e não o restante da população, que não é chamado de povo, mas de *elementos da população*. O *elemento da população* politicamente não existe. Muitas vezes a população chamava os militantes da FRELIMO de “os abaixo”. Por quê? O que dizia o militante da FRELIMO? “Abaixo o tribalismo! Abaixo o obscurantismo! Abaixo o feudalismo!”. Rapidamente gera-se um sentimento nas pessoas de que a FRELIMO é algo exterior a elas; aquele Estado é externo, estranho, esquisito! Quando um moçambicano diz: “eu sou população”, isto quer dizer: “eu não faço parte do partido, eu não sou povo”. Quando um quadro da capital vai para uma aldeia, o secretário local o apresenta como “o camarada que vem da nação”! Essa expressão popular mostra bem que a nação é, realisticamente, considerada como sinônimo do Estado, com sede na capital! É só neste sentido que se pode entender porque uma rebelião como a da RENAMO<sup>9</sup> teve apoio. E devo dizer que a questão do *apartheid* não teve nenhum peso nessa escolha dos camponeses, pois o *apartheid* é algo muito longínquo quando os aviões zimbabueanos a bombardear com napalm estão próximos. Mesmo no tempo do *apartheid*, os salários sul-africanos eram dez vezes maiores que em Moçambique. A África do Sul era uma espécie de paraíso. E quando a RENAMO chega, mata o presidente da *aldeia comunal* e a sua família e diz aos camponeses: “Vocês agora têm o direito de voltar ao seu *habitat* disperso”, funciona. Quando é devolvido o poder a um chefe tradicional que foi humilhado pela FRELIMO, isto funciona<sup>10</sup>. Pois esta não é, na base – na superestrutura não negarei o apoio do *apartheid* a essa luta – uma luta entre o “socialismo” e o “feudalismo”, é uma luta de auto-defesa de uma população camponesa que não é uma classe mas uma *sociedade*, que tem as suas próprias contradições – as quais poderiam, aliás, ser utilizadas para se fazer a luta de classes no interior do campesinato – , mas que foi negada em bloco. Esta é uma luta contra um Estado externo, autori-

<sup>9</sup> Resistência Nacional de Moçambique, organização criada por desertores da FRELIMO e por soldados africanos dos ex-comandos portugueses, apoiada pela Rodésia e, depois, pela África do Sul do *apartheid*. Cahen publicou recentemente, em português, um livro que incide principalmente sobre a Renamo: *Os outros. Um historiador em Moçambique, 1994*. P. Schlettwein Publishing Foundation, Basileia (Suíça), 2004 (a versão original em língua francesa deste livro foi publicada sob o título *Les Bandits. Un historien au Mozambique, 1994*. Paris-Lisboa, Publications du Centre culturel Calouste Gulbenkian, 2002).

<sup>10</sup> Cahen, *Os outros*, op. cit.



tário que a nega, que não traz o progresso social. E isto culmina na famosa *operação produção*, em 1983.

*Lazagna: O que foi a operação produção?*

**Cahen:** A *operação produção* foi uma tragédia e seu grande responsável, mas não o único, foi Armando Guebuza, atual presidente da república. Nesta altura, a guerra civil estava fortíssima e a FRELIMO, nomeadamente Samora Machel, percebeu que era preciso um acordo com a África do Sul: o Acordo de Incomati de 16 de março de 1984. A África do Sul não mais apoiaria a RENAMO e a FRELIMO não apoiaria mais a ANC<sup>11</sup>. A FRELIMO cumpre isto, mas a África do Sul continua apoiando a RENAMO clandestinamente. No entanto, há algo menos conhecido neste acordo: a integração de Moçambique na comunidade internacional ocidental.

O último projeto “socialista” – com aspas (sic) – da FRELIMO foi o PPI<sup>12</sup> de 1981, um plano de “socialização do campo” e de “vitória sobre o subdesenvolvimento em dez anos”. Machel sabia que a União Soviética nunca havia considerado a FRELIMO e o MPLA comunistas e nunca os havia aceitado no campo socialista, considerando-os países de “desenvolvimento não-capitalista”, ou seja, “não-socialista”. Aquele paradigma soviético imitava o que se passara na Europa, no século XIX. Segundo aquela espécie de marxismo, a África estaria na etapa da revolução nacional-burguesa. Só que não se podia dizer aos aliados “Vocês estão fazendo a etapa da revolução burguesa”, pois dizia-se “a etapa do desenvolvimento não capitalista”. Quando Machel afirmava que Moçambique “fazia parte do campo socialista”, exprimia o seu descontentamento para com a União Soviética, que não aceitava Moçambique no CAEM<sup>13</sup> quando ele sonhara com o máximo de apoio da União Soviética para desenvolver Moçambique. No entanto, mesmo assim, este não era um desejo “socialista”; temos que buscar por detrás das palavras. Isto significava que ele sonhava com esse apoio para um forte desenvolvimentismo. Assim, em 1981, amparado por cooperantes soviéticos, búlgaros, alemães do leste, a FRELIMO ainda possuía aquela esperança de apóio do governo soviético quando elaborou o PPI. Mas já era uma esperança quase desesperada. E, através do PPI, já se adivinhava um chamado aos capitais ocidentais para dele fazerem parte. A FRELIMO, com muita razão, também aproveitou da rivalidade entre a Alemanha

---

<sup>11</sup> *African National Congress*, mais antiga e importante organização nacionalista anti-racista da África do Sul, oficialmente reconhecida por Moçambique como a única representante legítima do povo sul africano. A Organização da Unidade Africana e a ONU reconhecem, conjuntamente, a ANC e o PAC (*Pan African Congress*).

<sup>12</sup> Plano Prospectivo Indicativo.

<sup>13</sup> Conselho de Assistência Econômica Mútua, que reunia a ex-URSS, a maior parte dos países da Europa do Leste, Cuba, Vietnam Camboja e Laos.

do leste e a Alemanha ocidental para conseguir mais dinheiro de ambos os países. Porém, em 1983, não havia mais esperanças de que o PPI desse certo. Ocorrem, neste ano, as primeiras medidas de liberalização comercial e a FRELIMO sabe que isto significaria um enfraquecimento do seu controle sobre o país.

Enfim, tudo isto resulta num forte crescimento da cidade, difícil de controlar, de modo que a última tentativa de aparelhismo – ao menos é a minha leitura social –, foi expulsar todos os “improdutivos” das cidades. Mas quem são esses “improdutivos”? São todos aqueles que não possuem um trabalho no setor formal. Ocorreram, durante meses e meses, expulsões massivas de pessoas da cidade para o Niassa<sup>14</sup> ou algures para obrigar essas pessoas a se tornarem camponeses “para desenvolver o país”. Na realidade, uns morreram de fome, outros juntaram-se à Renamo, alguns conseguiram sobreviver ou voltar.

*Lazagna: A operação produção é similar à experiência dos campos de reeducação?*

**Cahen:** Não. Houve muitos campos de reeducação. Mas a experiência dos campos de reeducação foi mesmo política, mesmo que nem todos os enviados o fossem por motivos políticos. Já o caso da *operação produção* foi muito mais grave, pois foi uma expulsão contra uma maioria social, em virtude de uma tentativa desesperada de recuperação daquele ideal de pequena cidade bem ordenada.

*Lazagna: Mas a operação produção não comportou, ao menos na sua idealização, um desejo de desenvolvimento de uma base produtiva?*

**Cahen:** Não, não houve nada disso. O que foi, não bem planificada, mas muito bem efetivada, foi a expulsão. Os aviões das linhas domésticas e os poucos caminhões existentes no país foram mobilizados exclusivamente para essa expulsão, que ocorreu tanto em Maputo quanto na maioria das outras cidades. Somente na Beira a *operação produção* foi mais suave. Marcelino dos Santos hesitou em realizá-la, pois sabia que Beira é uma cidade que sempre fora rebelde de modo que a expulsão provocaria fortíssimos motins urbanos.

*Lazagna: Quando você publica: Mozambique: La Révolution implosée, qual foi o impacto deste livro sobre a intelectualidade moçambicana e sua receptividade em Portugal?*

**Cahen:** Nenhuma, porque eu sou o traidor! Aliás, posso dizer que esse livro, sendo de 1987, já está ultrapassado factualmente. Mas assumo a maior parte do

---

<sup>14</sup> Niassa está situado, no extremo noroeste de Moçambique e é a maior província do país. No entanto, é a área que tem menos população. Sua capital, Lichinga, situa-se a 2.800 quilômetros de Maputo. É uma região montanhosa, na qual se encontra a costa mais acantilada do Lago Niassa.

seu conteúdo. Com esse título muito provocador: *Mozambique: La Révolution implosée* quis dizer que a crise de Moçambique não se deveu tanto à invasão sul-africana; foi, principalmente, uma crise interna provocada pela política da própria FRELIMO de negação das sociedades camponesas e africanas. Ainda pior: escrevi isso assumindo uma posição de marxista, ou seja, um marxista que critica o marxismo, melhor dizendo, um partido que se dizia marxista. Na condição de historiador marxista, minha crítica ressalta o fato de que se um país africano adotou o “marxismo-leninismo”, isto não quer dizer que o país seja “marxista-leninista”. Acreditar nisto é supervalorizar, consideravelmente, o discurso político. Obviamente, um discurso político é muito importante, é estruturante. Mas temos que analisar as relações sociais, as relações de produção, a natureza social do Estado, o seu tipo de inserção na economia-mundo! Como já disse, aquele “marxismo” é uma forma de nacion(al)ismo encontrada pela FRELIMO, o que explica o seu abandono, em 1989, no 5º Congresso. E isso se passou em julho de 1989, antes da queda do muro de Berlim. A FRELIMO foi o primeiro Partido/Estado no mundo a abandonar, voluntariamente, o “marxismo”. Na altura, Joaquim Chissano, o segundo presidente de Moçambique, disse que “aquela questão do marxismo começava a trazer problemas à FRELIMO”. Sendo assim, se aquela ferramenta já não prestava, dever-se-ia mudar de ferramenta! E o burô político, naquela altura, não mudou, de modo que esse abandono não significou uma crise de identidade partidária, pois a identidade da FRELIMO está ligada à forma de um Partido/Estado, de um Partido-Nação e quem não faz parte da FRELIMO, não faz parte da nação. No 9º Congresso da FRELIMO, em 2004, já num contexto neoliberal, defendeu-se, nas teses apresentadas, que a capital é o protótipo da nação e que a FRELIMO é o partido da unidade nacional. Isso quer dizer que os partidos da oposição não fazem parte da nação. A FRELIMO unicamente é que é o partido que une a nação, isto é, que produz a nação; os outros são estrangeiros.

*Lazagna: Para finalizar esta entrevista, gostaria que você abordasse as possíveis similitudes entre os PALOP, por exemplo, entre o “marxismo” adotado pela FRELIMO e a Democracia Revolucionária do PAIGC<sup>15</sup>?*

**Caheu:** A questão da adoção do “marxismo-leninismo” deve ser abordada na sua relação com a história da formação social das elites africanas. Percebo que todos os países africanos que, tornando-se independentes, adotaram, assumidamente ou não, o “marxismo-leninismo”, foram países de antiga colonização latina: os PALOP, Benim, Congos, Etiópia... Mas isto não se deveu à “latinidade” enquanto fator cultural; esses

---

<sup>15</sup> Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Fundado em setembro de 1956, sob o nome de PAI (Partido Africano da Independência).

países tiveram um colonizador de capitalismo pouco industrializado. Mas essa fragilidade do capitalismo português não fez com que o imperialismo português não tivesse interesses econômicos. O fato é que esses interesses se voltavam mais ao Brasil e à Inglaterra. Já a formação social das elites africanas desses países está ligada ao fato de que a colonização foi particularmente direta. Em virtude da colonização portuguesa, o alto ao mais baixo nível do aparelho do Estado foi ocupado por portugueses. Nesse tipo de colonização, as esferas pelas quais o africano, supostamente, poderia ascender não existiram. É por isso que essa elite, historicamente é tão reduzida e socialmente é burocrática. Atualmente, a mesma elite da FRELIMO já não precisa em nada ser “marxista”. Já são homens de negócio, o que não significa que esse país (e outros da África subsaariana) está a conhecer, nos dias de hoje, um processo de revolução burguesa. Neles pode haver pessoas riquíssimas, mas não burguesas, pois um burguês é rico porque explora os seus trabalhadores, extraindo a mais-valia do processo de produção. A FRELIMO, inclusive, incorporou o discurso da necessidade de produzir uma “burguesia nacional”, ou seja, um bom discurso para justificar todas as fortunas rápidas de alguns quadros do Estado, mas vive não tanto da extração da mais-valia do que do desvio da ajuda internacional. É uma empresa rendeira.

Devemos lembrar que dos cinco PALOP, somente dois adotaram oficialmente o “marxismo-leninismo”: Angola e Moçambique, ao contrário de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Cabo-Verde e Guiné-Bissau tiveram o mesmo partido, o PAIGC, uma herança cabraliana. Amílcar Cabral era um grande intelectual, engenheiro agrônomo de formação e talvez se possa dizer que ele também possuísse aquela vontade autoritária de modernização do campesinato. Mas, pelo menos, ele sabia do que falava. A partir do conhecimento que ele possuía do marxismo, ou seja, do marxismo do PCP e da União Soviética (naquela altura ainda não se conhecia tanto o caso da China) ele viu que a “ditadura do proletariado” não correspondia em nada à realidade africana que ele conhecia. Cabral sempre se considerou, portanto, um não-marxista. Em virtude do seu prestígio internacional e regional, que perdurou após seu assassinato, o PAIGC recusa e sempre recusaria o “marxismo-leninismo”, adotando a expressão Democracia Revolucionária. No entanto, no âmbito do significado, sobretudo social, isto não muda nada. Obviamente, cada país, situado em distintas regiões da África, é completamente diferente em relação ao outro, com povos diferentes. Mas o tipo de vontade de construção de uma nação homogênea, através da adoção do paradigma de modernização autoritária foi comum a esses países.

Já em São Tomé e Príncipe houve a nacionalização das roças (latifúndios de cacau) em 1975, promovida pelo MLSTP<sup>16</sup>. Mas os santomenses não eram indí-

---

<sup>16</sup> Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

genas e não foram obrigados a realizar o trabalho forçado (o regime de indigenato foi implantado somente no continente) e quem trabalhava na agricultura foram, no século XIX, os escravos, depois, os chamados libertos, mais tarde, os ditos “contratados” (angolanos, moçambicanos) e caboverdianos esfomeados vindos lá como capatazes. Em 1975, as terras não foram socializadas ou divididas em pequenas cooperativas entre quem a trabalhava, para fazer valer o *slogan*: “a terra para quem a trabalha”, ou seja, a aplicação da velha reivindicação do movimento operário e camponês. A nacionalização das roças, realizada sob um discurso marxista, foi, de fato, uma nacionalização conservadora para que o controle e a posse das roças ficassem nas mãos dos forros (filhos da terra), ou seja, da elite crioula de São Tomé, em vez de cair nas mãos de trabalhadores de origem estrangeira. Sendo assim, um discurso contextualmente marxista pode esconder uma medida meramente conservadora e elitista. E essa nacionalização, efetivamente, não funcionou, mas não porque foi marxista. Não funcionou *porque não foi marxista*. A terra não foi repartida entre quem a trabalhava, tornando-se propriedade do Estado dominado pelos forros, isto é, a elite crioula. Neste sentido, o fato de o MLSTP não ter adotado o “marxismo-leninismo” não muda em nada aquela vontade de posse e de utilização do Estado para modernizar o país, para realizar aquele ideal de nação imaginada pela elite contra a sociedade africana. Quando digo isto, não estou em nada simpatizando com qualquer afro-centrismo essencialista, estou só apontando a natureza social do Estado, um Estado da ultra-periferia do capitalismo.

LAZAGNA, Angela. Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.118-130. Entrevista com Michel Cahen.

***Palavras-chave:*** Marxismo; Moçambique; África; Estado.